

*Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2014**

*fevereiro de 2015*  
*Este relatório contém 38 páginas*

*Capital Social 1.200.000 Euro - Matrícula 04 529 CRCL –NIPC 503 455 229 –*  
*Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10• 2744-002 PORTO SALVO*

h.     
CX  

<b>CONTEÚDO</b>	<b><u>Pág.</u></b>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração de fluxos de caixa 5
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas 6</b>
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 12</b>
<b>II.3</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Vendas e serviços prestados 14
Nota 2	Fornecimento e serviços externos 14
Nota 3	Gastos com o pessoal 14
Nota 4	Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas 15
Nota 5	Juros e gastos similares obtidos 15
Nota 6	Juros e gastos similares suportados 16
<b>II.4</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 7	Ativos tangíveis 16
Nota 8	Outros ativos financeiros 17
Nota 9	Impostos correntes e diferidos 17
Nota 10	Clientes 19
Nota 11	Outras contas a receber 19
Nota 12	Caixa e depósitos bancários 19
Nota 13	Capital, reservas e resultados transitados 19
Nota 14	Responsabilidades com benefícios a empregados 20
Nota 15	Outras contas a pagar 24
<b>II.5</b>	<b>Outras notas</b>
Nota 16	Transações com partes relacionadas 24
Nota 17	Justo valor 25
Nota 18	Passivos contingentes e compromissos 26
Nota 19	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout 26
Nota 20	Gestão de riscos 26
Nota 21	Ativos sob gestão 31
Nota 22	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 32
<b>III</b>	<b>Relatório dos auditores</b>

# I Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	1	9.217.230	8.398.891
Fornecimentos e serviços externos	2	(2.945.290)	(2.760.365)
Gastos com o pessoal	3	(1.109.658)	(1.050.870)
Provisões (aumentos/reduções)		-	150.000
Outros rendimentos e ganhos	4	8.977	367.960
Outros gastos e perdas	4	(387.084)	(394.755)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.784.175</b>	<b>4.710.861</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(4.679)	(522)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.779.496</b>	<b>4.710.339</b>
Juros e gastos similares obtidos	5	134.071	248.435
Juros e gastos similares suportados	6	(51.588)	(58.037)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4.861.979</b>	<b>4.900.737</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(1.311.754)	(1.375.020)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3.550.225</b>	<b>3.525.717</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
TOC N.º 3502

**Demonstração do rendimento integral**


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eur	
2014	2013
<b>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</b>	
Reserva de reavaliação	
Reservas de reavaliação, bruto	- (130.503)
Impostos diferidos	- 42.203
	(88.300)
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>	
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(48.160) (26.455)
Total outro rendimento integral	(48.160) (114.755)
Resultado líquido do exercício	3.550.225 3.525.717
<b>Total do rendimento integral do ano</b>	<b>3.502.065 3.410.962</b>

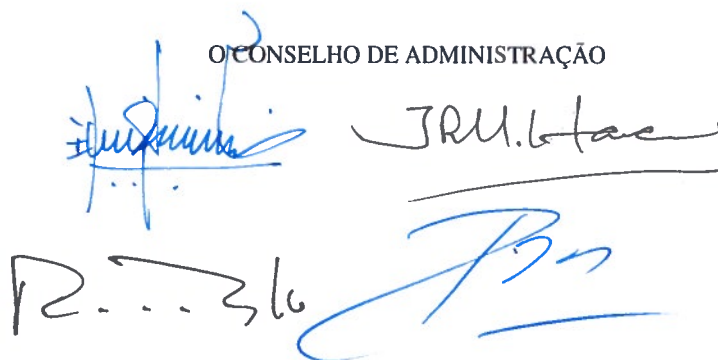
## Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2014	2013
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	107.636	740
Outros ativos financeiros	8	750	750
Ativos por impostos diferidos	9	117.194	55.419
		<b>225.580</b>	<b>56.909</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	10	1.948.032	1.864.515
Adiantamentos a fornecedores		-	1.115
Estado e outros entes públicos	9	24.728.015	24.728.015
Acionistas/sócios	16	19.001	2.797
Outras contas a receber	11	218.268	292.502
Caixa e depósitos bancários	12	11.886.455	10.915.326
		<b>38.799.771</b>	<b>37.804.270</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>39.025.351</b>	<b>37.861.179</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		1.200.000	1.200.000
Reservas legais		292.346	292.346
Outras reservas		3.020.810	3.124.543
Resultados transitados		4.353.912	2.828.195
Outras variações no capital próprio		59.930	4.357
Resultado líquido do exercício		3.550.225	3.525.717
<b>Total do capital próprio</b>	13	<b>12.477.223</b>	<b>10.975.158</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Passivos com benefícios a empregados	14	146.919	40.627
		<b>146.919</b>	<b>40.627</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		196.772	318.673
Estado e outros entes públicos	9	1.061.644	1.386.814
Acionistas/sócios	16	18.073	21.963
Outras contas a pagar	15	25.124.720	25.117.944
		<b>26.401.209</b>	<b>26.845.394</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>26.548.128</b>	<b>26.886.021</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>39.025.351</b>	<b>37.861.179</b>
<b>Resultado por ação</b>		<b>15</b>	<b>15</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Tce nº 3502



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur							
	Capital realizado	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.200.000	130.503	(37.846)	292.346	3.148.373	14.929.885	3.400.935	23.064.196
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	3.400.935	(3.400.935)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(15.500.000)	-	(15.500.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(130.503)	42.203	-	-	-	-	(88.300)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.525.717	3.525.717
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	(23.830)	(2.625)	-	(26.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.200.000	-	4.357	292.346	3.124.543	2.828.195	3.525.717	10.975.158
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	3.525.717	(3.525.717)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.550.225	3.550.225
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	55.573	-	(103.733)	-	-	(48.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.200.000	-	59.930	292.346	3.020.810	4.353.912	3.550.225	12.477.223

## Demonstração de fluxos de caixa

	Eur	
	2014	2013
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	3.550.225	3.525.717
Ajustamentos por:		
Variação nos impostos ativos / passivos	(386.945)	393.211
Amortizações do exercício	4.680	522
Variação de provisões	-	(150.000)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Devedores diversos	(24.372)	31.707
Outros ativos e passivos	58.133	(67.122)
Credores diversos	(119.016)	212.432
	<b>3.082.705</b>	<b>3.946.467</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	-	15.013.258
Compras/vendas de ativos tangíveis	(111.576)	-
	<b>(111.576)</b>	<b>15.013.258</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(2.000.000)	(15.500.000)
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>971.129</b>	<b>3.459.725</b>
Caixa e equivalentes no início do período	10.915.326	7.455.601
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>11.886.455</b>	<b>10.915.326</b>

## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Pensõesgere” ou “Sociedade”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, anteriormente designada Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., foi constituída em Lisboa, no ano de 1995.

Em 1 de Dezembro de 1999, procedeu-se à fusão das Sociedades Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante a transferência global do património da Vanguarda – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e da Præmium – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com inerente dissolução destas, para a Sociedade Pensõesgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de acordo com o disposto no artigo 97º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”).

A Sociedade incorporante, em resultado da fusão, adotou a forma societária de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, sendo modificados o seu objeto social, capital e designação social.

Posteriormente, em 30 de dezembro de 2000, procedeu-se à fusão da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Mello Ativos Financeiros – Gestora de Fundos de Pensões, S.A., por incorporação, mediante transferência global do património da Sociedade Mello Ativos Financeiros para a Pensõesgere, com consequente extinção da Sociedade incorporada, nos termos do disposto no artigo 97º, nº1, do Código das Sociedades Comerciais.

A atividade da Sociedade é regulada pelo Decreto – Lei nº 475/99 de 9 de Novembro e outra legislação aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere tem por objetivo principal a gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, Artº 4º, a Pensõesgere adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Pensõesgere agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2014.

Em 2014 a Pensõesgere adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota 22. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

6  
h.    
JRM4



**b) Ativos financeiros**

*Classificação*

A Pensõesgere classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Pensõesgere tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

*Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Pensõesgere se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Pensõesgere de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Pensõesgere tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Pensõesgere tenha transferido o controlo sobre estes activos.

*Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Pensõesgere estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

*Reclassificação entre categorias*

A Pensõesgere apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

*Handwritten signatures and initials:*  
h.  
Gx  
7  
Jant

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Pensõesgere não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

#### *Imparidade*

A Pensõesgere avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Pensõesgere, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *c) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a terceiras entidades e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos

#### *d) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativo e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *e) Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

#### *f) Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Sociedade encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

h. ca 8  
JRM



Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

g) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Sociedade enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

h) *Locações*

A Pensõesgere classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Pensõesgere à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

i) *Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

*j) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Pensõesgere tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*k) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

*l) Reconhecimento de prestação de serviços e comissões*

Os rendimentos de prestação de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de prestação de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

*m) Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Sociedade decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Sociedade, em 31 de dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados.

h. cd  
JR





Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A Pensõesgere procede, conforme estabelecido na IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

*o) Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Pensõesgere pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## **II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Pensõesgere são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Pensõesgere é apresentada na anterior nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Pensõesgere poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

*Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Sociedade como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

h  
↓  
12  
JRM

*Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

*Imparidade dos ativos de longo prazo*

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Sociedade.

*Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade durante um período de quatro anos ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.



## II.3 Notas à demonstração dos resultados

### *Nota 1 – Vendas e serviços prestados*

As Prestações de serviços, no montante de Euro 9.217.230 (2013: Euro 8.398.891), foram integralmente realizadas em Portugal.

### *Nota 2 – Fornecimentos e serviços externos*

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Trabalhos especializados	712.444	863.486
Publicidade e propaganda	6.193	6.389
Comissões	2.073.821	1.796.169
Conservação e reparação	7.813	6.195
Deslocações e estadas	7.525	10.396
Outros	137.494	77.730
	<b>2.945.290</b>	<b>2.760.365</b>

Em 2014, a rubrica de Trabalhos especializados inclui o montante de Euro 123.429, relativos a honorários de auditoria e serviços relacionados, associados à Sociedade (Euro 28.220) e aos respectivos Fundos de Pensões sob gestão (Euro 95.209).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões sob a sua gestão, efetuada pela F&C.

### *Nota 3 – Gastos com pessoal*

Os gastos com pessoal são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Remunerações ao Pessoal:		
Remuneração mensal	604.626	561.801
Subsídios e bónus	221.120	222.730
Benefícios pós-emprego	34.925	46.436
Encargos sobre remunerações	181.930	166.768
Seguros obrigatórios	3.041	3.217
Outros custos com o pessoal	64.016	49.918
	<b>1.109.658</b>	<b>1.050.870</b>

h. 14  
JRM

#### Nota 4 – Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas

Os Outros rendimentos e ganhos são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Valias realizadas em outros ativos financeiros	-	314.987
Outros rendimentos e ganhos	8.977	52.973
	<b>8.977</b>	<b>367.960</b>

Os Outros gastos e perdas são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Impostos indiretos	146.827	148.569
Taxas	209.086	201.245
Dívidas incobráveis	-	2.330
Valias realizadas em outros ativos financeiros	-	19.856
Outros	31.171	22.755
	<b>387.084</b>	<b>394.755</b>

#### Nota 5 – Juros e gastos similares obtidos

Os Juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Juros obtidos de depósitos	134.071	160.789
Dividendos obtidos	-	8.034
Juros obtidos de outros ativos financeiros	-	79.612
	<b>134.071</b>	<b>248.435</b>

## Nota 6 – Juros e gastos similares suportados

Os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Juros suportados	50.663	52.664
Outros	925	5.373
	<b>51.588</b>	<b>58.037</b>

## II.4 Notas ao balanço

### Nota 7 – Ativos tangíveis

Os Ativos tangíveis são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Equipamento informático	7.655	7.655
Equipamento administrativo	44.728	7.930
Outro equipamento	74.778	-
	127.161	15.585
Amortizações acumuladas	(19.525)	(14.845)
<b>Ativos tangíveis líquidos</b>	<b>107.636</b>	<b>740</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	<i>Eur</i> Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.655	7.930	-	15.585
Aquisições	-	36.798	74.778	111.576
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.655	44.728	74.778	127.161
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(6.915)	(7.930)	-	(14.845)
Amortizações do exercício	(522)	(1.533)	(2.625)	(4.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.437)	(9.463)	(2.625)	(19.525)
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2013</b>	<b>740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>740</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2014</b>	<b>218</b>	<b>35.265</b>	<b>72.153</b>	<b>107.636</b>

h  
16  
Jant

## Nota 8 – Outros ativos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Ações e unidades de participação em fundos	750	750
	<b>750</b>	<b>750</b>
Dos quais:		
Nível 1	-	-
Nível 2	750	750
Nível 3	-	-
	<b>750</b>	<b>750</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 9 – Impostos correntes e diferidos

A Pensõesgere determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 27,5% (taxa nominal de 23% mais 4,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo Português, no fim de dezembro 2014, o qual determinou uma redução de 2% na taxa nominal de imposto a partir de 1 janeiro, a Sociedade aplicou uma taxa de imposto de 25,5% para cálculo dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2014.

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes	24.728.015	24.728.015
Ativos por impostos diferidos	117.194	55.419
<b>Ativos por impostos</b>	<b>24.845.209</b>	<b>24.783.434</b>
Passivos por impostos correntes	1.061.644	1.386.814
<b>Passivos por impostos</b>	<b>1.061.644</b>	<b>1.386.814</b>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 os Ativos por impostos correntes no montante de Euro 24.728.015, referem-se ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2003, atendendo às responsabilidades estimadas e de forma a reforçar o património do referido Fundo, foi celebrado um contrato de dação de imóveis entre a proprietária dos ativos, a Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E. (anteriormente designada por Servibanca – Prestação de Serviços, A.C.E.) e a Pensõesgere, enquanto entidade gestora e representante do Fundo BCP. Ainda que as transações de imóveis, por norma, não sejam sujeitas ao pagamento de IVA, pelo facto de na data ter sido solicitada a dispensa de cumprimento dessa isenção, o imposto foi liquidado ao Estado. Resultou desta situação que o Estado assumiu uma posição devedora face à Pensõesgere, pelo montante do IVA a reembolsar, e o Fundo BCP uma posição credora face à Pensõesgere, a regularizar aquando do recebimento desse reembolso. Este facto justifica a existência do saldo credor e devedor de igual montante (Euro 24.728.015) no Balanço da Sociedade.

De referir que a antiguidade destes saldos devedor e credor resultam de divergências no que respeita ao direito de reembolso do IVA pela Pensõesgere, atendendo a que a Direção Geral de Impostos alega que o pedido de isenção do imposto apenas deveria ter sido solicitado após a realização da escritura. Neste contexto a Pensõesgere efetuou em 29 de Dezembro de 2004 um recurso hierárquico dirigido ao Ministro das Finanças, sobre o qual, até à data de 31 de dezembro de 2014, ainda não foi divulgada a respetiva conclusão.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	117.194	55.419	-	-	117.194	55.419
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>117.194</b>	<b>55.419</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.194</b>	<b>55.419</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 foi reconhecido como se segue:

	2014		2013	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Activos financeiros	-	-	-	37.846
Outros (incluindo benefícios pós-emprego)	6.202	55.573	(2.276)	4.357
<b>Impostos diferidos activos/ (passivos)</b>	<b>6.202</b>	<b>55.573</b>	<b>(2.276)</b>	<b>42.203</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Impostos correntes	1.317.956	1.372.744
Impostos diferidos	(6.202)	2.276
	<b>1.311.754</b>	<b>1.375.020</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Eur	
	2014	2013
Resultado antes de impostos	4.861.979	4.900.737
Taxa de imposto	27,5%	29,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	1.337.044	1.445.717
Tributação autónoma	7.609	3.866
Outras diferenças permanentes	(32.899)	(74.563)
	<b>1.311.754</b>	<b>1.375.020</b>

*h.* *ch* *JKW*



## Nota 10 – Clientes

Os saldos a receber registados na rubrica de Clientes, no montante de Euro 1.948.032 (2013: Euro 1.864.515), resultam diretamente da atividade desenvolvida pela Sociedade. De acordo com a avaliação efectuada sobre a recuperabilidade destes ativos, à data de 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não avaliou a necessidade de reconhecimento de perdas por imparidade (2013: Euro 6.526).

## Nota 11 – Outras contas a receber

Os saldos registados na rubrica de Outras contas a receber, no montante de Euro 218.268 (2013: Euro 292.502), resultam essencialmente de comissões reconhecidas no exercício, cujo recebimento apenas irá ocorrer em 2015.

## Nota 12 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

## Nota 13 – Capital, reservas e resultados transitados

### Capital

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social da Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., de Euro 1.200.000, representado por 240.000 ações de valor nominal Euro 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Pensõesgere é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

### Ajustamentos em activos financeiros (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 b).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2014 e 2013, são analisados como segue:

	Eur	
	2014	2013
Saldos em 1 de janeiro	-	130.503
Ajustamentos no justo valor	-	-
Vendas	-	(130.503)
Saldos em 31 de dezembro	-	-

### Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

### Resultados transitados

Em novembro de 2014, de acordo com deliberação do Conselho de Administração, a Pensõesgere distribuiu à acionista Millenniumbcp Ageas o montante de Euro 2.000.000.

## Nota 14 – Responsabilidades com benefícios a empregados

### Pensões de reforma e outros benefícios

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Sociedade é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Sociedade assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Sociedade decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Sociedade estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Sociedade procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Sociedade é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Numero de participantes		
Ativos	22	20
Reformados e pensionistas	1	1
	23	21

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(152.005)	(291.011)	(33.364)	(476.380)	(146.441)	(180.995)	(25.728)	(353.164)	
Justo valor dos ativos do plano	329.461	-	-	329.461	312.537	-	-	312.537	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	177.456	(291.011)	(33.364)	(146.919)	166.096	(180.995)	(25.728)	(40.627)	

Adicionalmente, a Sociedade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 1 (2013: 1), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 42.000 (2013: Euro 44.000).

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	146.441	180.995	25.728	353.164	882.099	168.725	24.705	1.075.529	
Custo do serviço corrente	1.017	8.469	1.951	11.437	2.053	8.306	2.334	12.693	
Custo dos juros	4.978	6.305	832	12.115	35.106	6.715	858	42.679	
Alterações ao Plano decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(16.872)	-	(16.872)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	13.651	-	-	13.651	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou sociedade	(7.886)	(1.724)	(5.928)	(15.538)	(8.443)	(1.724)	(3.394)	(13.561)	
(Ganhos) / perdas atuariais	7.455	96.966	10.781	115.202	17.790	15.845	1.225	34.860	
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	-	-	-	-	(784.752)	-	-	(784.752)	
Transferência entre fundos	-	-	-	-	(11.063)	-	-	(11.063)	
Responsabilidades em 31 de dezembro	152.005	291.011	33.364	476.380	146.441	180.995	25.728	353.164	

Em 31 de dezembro de 2013, a alteração do plano nos “Outros benefícios” correspondeu ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	1.017	8.469	1.951	11.437	2.053	8.306	2.334	12.693	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	(3.561)	6.305	832	3.576	3.763	6.715	858	11.336	
Alterações ao Plano decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(16.872)	-	(16.872)	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	10.781	10.781	-	-	1.225	1.225	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	13.651	-	-	13.651	
Custo do exercício	(2.544)	14.774	13.564	25.794	19.467	(1.851)	4.417	22.033	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	312.537	994.236
Contribuições da sociedade	15.583	84.036
Pagamentos efetuados pelo fundo	(7.886)	(8.443)
Retorno esperado do fundo	8.539	31.343
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	688	7.180
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	-	(795.815)
Saldo em 31 de dezembro	<b>329.461</b>	<b>312.537</b>

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2014 e 2013, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>			<i>Eur</i>		
	Plano pensões	2014 Outros benefícios	Total	Plano pensões	2013 Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	172.888	31.899	204.787	162.278	16.054	178.332
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	7.455	96.966	104.421	17.790	15.845	33.635
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(688)	-	(688)	(7.180)	-	(7.180)
Saldo em 31 de dezembro	<b>179.655</b>	<b>128.865</b>	<b>308.520</b>	<b>172.888</b>	<b>31.899</b>	<b>204.787</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 126.000 e Euro 79.000, respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Sociedade ascenderam a Euro 16.000 (2013: Euro 84.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2014, a Sociedade contribuiu com o montante de Euro 23.000 (2013: Euro 29.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida, iniciado em 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>				<i>Eur</i>			
	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	166.096	(180.995)	(25.728)	(40.627)	112.137	(168.725)	(24.705)	(81.293)
Custo do Exercício	2.544	(14.774)	(13.564)	(25.794)	(19.467)	1.851	(4.417)	(22.033)
(Ganhos) / perdas atuariais	(6.767)	(96.966)	-	(103.733)	(10.610)	(15.845)	-	(26.455)
Benefícios pagos pela companhia	-	1.724	5.928	7.652	-	1.724	3.394	5.118
Contribuições dos empregados e outras	15.583	-	-	17.307	84.036	-	-	85.760
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Balanço	<b>177.456</b>	<b>(291.011)</b>	<b>(33.364)</b>	<b>(146.919)</b>	<b>166.096</b>	<b>(180.995)</b>	<b>(25.728)</b>	<b>(40.627)</b>

*[Handwritten signatures and initials]*  
**JRMD**

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Títulos de rendimento variável	81.125	80.754
Títulos de rendimento fixo	214.241	209.964
Imóveis	8.931	4.711
Outros	25.163	17.108
	<b>329.461</b>	<b>312.537</b>

Adicionalmente, à data de 31 de dezembro de 2014, a exposição do fundo de pensões da Sociedade a activos do Grupo é como segue:

	<i>Eur</i>
	2014
Títulos de rendimento variável	905
Outros	29.303
	<b>30.208</b>

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Impacto no custo com pensões	2.435	1.362
Impacto nas responsabilidades	46.562	28.959

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	<b>Impacto alteração de pressupostos financeiros</b>	
	<b>-1,00%</b>	<b>1,00%</b>
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	125.405	(90.618)
Taxa de Crescimento das Pensões	(41.962)	48.776
Taxa de Crescimento dos Salários	(47.683)	58.604

	<b>Impacto alteração de pressupostos demograficos</b>	
	<b>+1 ano</b>	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	19.459	

Handwritten signatures and initials, including "JA" and "7", are present in the bottom right corner of the page.



## Nota 15 – Outras contas a pagar

A rubrica Outras contas a pagar inclui maioritariamente o montante de Euro 24.728.015 (2013: Euro 24.728.015) relativo ao IVA associado a uma dação de imóveis efetuada ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido nota 9.

## II.5 Outras Notas

### Nota 16 - Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em 2014 e 2013 são analisadas como segue:

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Millenniumbcp Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Pensõesgere	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.805.794	-	-	-	1.805.794
Empréstimos concedidos e contas receber	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	-	-	-	750
Outros ativos	20.340	-	1.674.090	-	1.694.430
Total do ativo	11.826.884	-	1.674.090	-	13.500.974
Outros passivos	(3.358)	-	-	(113.555)	(116.913)
Total do passivo	(3.358)	-	-	(113.555)	(116.913)
Líquido ativo / (passivo) 2014	11.823.526	-	1.674.090	(113.555)	13.384.061
Líquido ativo / (passivo) 2013	10.842.820	-	1.430.742	(14.897)	12.258.665

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Millenniumbcp Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Dividendos e juros a receber	134.071	-	-	-	134.071
Comissões de gestão financeira e administrativa	-	-	6.153.082	-	6.153.082
<b>Total de proveitos</b>	<b>134.071</b>	<b>-</b>	<b>6.153.082</b>	<b>-</b>	<b>6.287.153</b>
Comissão de comercialização de fundos de pensões	(41.315)	-	-	-	(41.315)
Gastos gerais e administrativos	(424.987)	-	-	(12.230)	(437.217)
<b>Total de custos</b>	<b>(466.302)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.230)</b>	<b>(478.532)</b>
<b>Líquido proveitos / (custos) 2014</b>	<b>(332.231)</b>	<b>-</b>	<b>6.153.082</b>	<b>(12.230)</b>	<b>5.808.621</b>
<b>Líquido proveitos / (custos) 2013</b>	<b>(297.019)</b>	<b>-</b>	<b>5.449.638</b>	<b>(17.614)</b>	<b>5.135.005</b>

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Millenniumbcp Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Dividendos pagos	-	2.000.000	-	-	2.000.000
Líquido aumento/ (diminuição) capital próprio 2014	-	2.000.000	-	-	2.000.000

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

Y

h - ca  
Jury

## Nota 17 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

### Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os activos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2014		2013	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e depósitos bancários	1	11.886.455	11.886.455	10.915.326	10.915.326
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	2.185.301	2.185.301	2.159.814	2.159.814
		<b>14.071.756</b>	<b>14.071.756</b>	<b>13.075.140</b>	<b>13.075.140</b>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado *	3	611.550	611.550	730.565	730.565
		<b>611.550</b>	<b>611.550</b>	<b>730.565</b>	<b>730.565</b>

\* Excluído o montante de Euro 24.728.015, apresentado no Balanço como "Outras contas a pagar", atendendo ao facto de se anular com o mesmo montante apresentado no activo na rubrica "Estado e outros entes público" (ver nota 9).

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por '*providers*';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 18 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal que possam resultar em responsabilidades a pagar.

### Garantias

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	5.647	15.801	26.292	47.740

## Nota 19 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existe exposição a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*.

## Nota 20 – Gestão de riscos

A Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. dedica-se à gestão, administração e representação de Fundos de Pensões, e assumir riscos é intrínseco à forma como a empresa cria valor para os seus clientes. O seu objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes à sua atividade podem ser identificados e geridos de uma forma eficaz, dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Pensõesgere assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável e, consequentemente, que é uma competência nuclear.

### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Pensõesgere está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contém, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Pensõesgere está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, dentro da Pensõesgere está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Organização.

Para a Pensõesgere os Riscos Estratégicos, Financeiros e Operacionais são os que lhe estão inteiramente ligados.

h. cd  
J. M. J. M. J. M.



### Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Pensõesgere em cumprir o seu plano de negócios atual, e, ainda, de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Pensõesgere os riscos estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Pensõesgere. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

### Riscos Financeiros

#### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das categorias de risco na Pensõesgere é o *Risco Financeiro*. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado*, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado *Risco de Incumprimento* ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado *Risco de Liquidez*.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Pensõesgere está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Pensõesgere aprova a Estratégia de Investimento;
- As decisões de investimento na Pensõesgere são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso, o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Risco e no Comité de Investimentos (CI);
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Pensõesgere;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Risco/Comité de Investimentos ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:



- É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Risk Officer tem como principais funções:
  - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
  - Emitir parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
  - Integrar o Comité de Risco/Comité de Investimentos;
  - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Pensõesgere é construída em torno de quatro elementos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Pensõesgere estão divididos nas seguintes categorias:





### Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o *Risco de Spread* e do *Risco de Incumprimento*, a Taxonomia de Risco da Pensõesgere foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

### Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Pensõesgere são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Pensõesgere contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc.

O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Pensõesgere como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Pensõesgere para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Euro) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Pensõesgere (Euro).

A Pensõesgere definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	750	100,0%	750	100,0%
Ações	750	100,0%	750	100,0%
Total	750		750	

As ações detidas pela Pensõesgere são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
Total	750	100,0%	750	100,0%

Para depósitos e outros devedores (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes:

	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito B	11.886.455	93,34%	10.915.326	83,47%
Outros devedores	848.697	6,66%	2.160.929	16,53%
Total	12.735.152	100,0%	13.076.255	100,0%

## Risco Operacional

O *Risco Operacional* resulta do risco de perdas resultantes da inexecuibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de Gestão de risco e atuariado é apoiado por um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversalmente a toda a organização.

O Risco Operacional na Pensõesgere é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada um dessas linhas. Adicionalmente, o comité de risco operacional e controlo interno foi criado para gerir o risco operacional na Organização. Além disso, a Pensõesgere adotou uma abordagem Top-Down e Bottom-Up. Estas duas abordagens são sinérgicas e, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no comité de risco. Adicionalmente, mantem a atenção e foco nos processos da Organização através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Pensõesgere a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da Organização.

Em particular, engloba processos de toda a Organização, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Organização, a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Organização;
- Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Pensõesgere;
- Desenho de processos (BPM) Controlo Interno: tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Organização:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais a toda a Organização, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
  - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
  - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Pensõesgere.

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos Comités e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

## Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2014.

A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência da é analisada como se segue:

<b>Rúbrica [EUR]</b>	<b>31 de dezembro 2014</b>	<b>31 de dezembro 2013</b>
Capital	1.200.000	1.200.000
Reservas Legal e de Reavaliação	3.373.087	3.421.246
Resultados Transitados	4.353.913	2.828.195
Resultado Líquido do Exercício	3.550.225	3.525.717
Distribuição de Resultados do Exercício	(4.000.000)	-
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>8.477.225</b>	<b>10.975.158</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1)</b>	<b>8.477.225</b>	<b>10.975.158</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>5.617.864</b>	<b>5.040.595</b>
<b>Excesso / (Insuficiência)</b>	<b>2.859.361</b>	<b>5.934.563</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>151%</b>	<b>218%</b>

## Nota 21 – Ativos sob gestão

Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Títulos de rendimento fixo	2.158.201.240	2.076.938.822
Títulos de rendimento variável	2.419.248.566	1.821.438.885
Propriedades de investimento	365.413.873	467.217.159
<b>Total</b>	<b>4.942.863.679</b>	<b>4.365.594.866</b>

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão são analisadas como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	4.365.594.866	4.189.701.118
Contribuições líquidas	265.199.347	(79.958.571)
Mais/ (menos) valias realizadas	320.278.312	257.046.784
Transferências	(8.208.846)	(1.194.465)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4.942.863.679</b>	<b>4.365.594.866</b>

6

h.

31  
JP

## **Nota 22 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

### **Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas**

**As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:**

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

*[Handwritten signatures and initials]*



O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Sociedade analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de “private equity”, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.



As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“clearing counterparty”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Sociedade não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

**A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the word "JANU" in blue capital letters.

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

#### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

#### **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

#### **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

#### **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

#### **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

#### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

#### **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### **IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para “joint ventures”**

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de “joint ventures” ou às próprias “joint ventures”.

#### **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que à exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

#### **IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

#### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade**

#### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

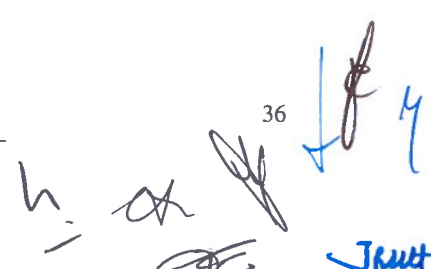
Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura.

No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.







**IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações financeiras individuais**

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Sociedade ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.

